

1                   **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA**  
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP, REALIZADA EM**  
3 **CATAGUASES - MG, EM 21/10/2003.**

4 Reunião iniciada as 14:35 horas, sendo a mesa integrada por: Eduardo Meohas (Presidente do  
5 CEIVAP); Fídias de Miranda (Secretário Executivo do CEIVAP); Antônio Evangelista (Vice-Presidente  
6 do CEIVAP); Maria Lúcia Soares de Mendonça (Prefeita de Cataguases); Julio Tadeu Kettelhut  
7 (SRH/MMA) Joaquim Arildo Borges (Representante de MG), Ícaro Moreno (Representante do RJ),  
8 Marcos Martinelli (Representante de SP), Ângela Guadaguinin (Deputada Federal), Manoel Ottoni  
9 Neiva (Presidente da Cataguazes Leopoldina). O presidente Eduardo Meohas saudou os presentes, e  
10 iniciou falando do Prêmio CAIXA Melhores Práticas de Gestão Local 2003/2004, recebido pelo  
11 CEIVAP dentre 258 práticas inscritas no concurso, tendo o CEIVAP ficando entre as 10 melhores  
12 práticas nacionais, uma conquista que creditou a todos os integrantes do Comitê. Esse resultado coloca  
13 a experiência do CEIVAP numa disputa internacional, que ocorrerá no próximo ano em Barcelona -  
14 Espanha. Convidou a Sra. Patrícia Boson para fazer uma homenagem ao Dr. Manoel Ottoni Neiva, com  
15 a leitura de um discurso saudando sua passagem como Vice-Presidente do CEIVAP. Dr. Neiva  
16 agradeceu dizendo-se surpreso com a homenagem, falou que sua passagem pelo CEIVAP se devia à  
17 sua atuação junto a empresa onde atua, e disse que foi para o CEIVAP para trazer uma maior  
18 participação da iniciativa privada ao Comitê. Destacou o apoio de autoridades mineiras para chegar  
19 àquela posição, a necessidade de cuidar dos recursos hídricos, agradeceu a homenagem e concluiu  
20 dizendo ter muita fé no trabalho que está sendo produzido. Eduardo Meohas convidou o Sr. João  
21 Rodrigues (Presidente do Conselho de Administração da Associação Pró-Gestão de Águas) para  
22 integrar a mesa, e destacou a presença do Sr. Marco Aurélio (Prefeito de Jacareí) e Sr. Luis Gonzaga  
23 dos Santos (Prefeito de Paraibuna). Com a palavra a Prefeita de Cataguases saudou os integrantes da  
24 mesa, autoridades presentes, destacando os Prefeitos Municipais e a Deputada Inês Pandeló. Referiu-se  
25 à reunião de congraçamento ocorrida ontem à noite no Hotel Cataguases, destacando a satisfação de  
26 contatar os membros do CEIVAP. Falou que o acidente ambiental ocorrido na **Cataguases de Papel**  
27 trouxe o encontro de pessoas e fortaleceu o compromisso dos três estados em prol do Paraíba, lamentou  
28 não ter sido possível a visita do local do acidente hoje pela manhã, mas convidou a todos para  
29 visitar o local amanhã. O acidente foi grave mas propiciou a aproximação das pessoas, que foi o lado  
30 bom do episódio. Falou de aspectos históricos e culturais da cidade, disse precisar de parceiros como o  
31 CEIVAP, que os córregos a céu aberto de seu município precisam ser cuidados, e precisam ser feitas as  
32 ETE's. Agradeceu a presença de todos e passou à exibição do PowerPoint: "Passeio Cultural em  
33 Cataguases" (ANEXO). O presidente Meohas passou a palavra ao Secretário Executivo, que leu a  
34 Pauta da reunião. Passando ao primeiro item - aprovação da ata da segunda reunião extraordinária  
35 ocorrida em Resende, em 14/08/2003, foi solicitada pequena correção na linha 280. Posta em votação, a  
36 ata foi aprovada com a emenda. Eduardo Meohas pediu permissão para que a Deputada Ângela  
37 Guadaguinin apresentasse o andamento das atividades do fórum parlamentar. Referindo-se à pauta,  
38 sugeriu que o item da cobrança, por ser o mais polêmico, passasse para o fim da pauta, sugestão que foi  
39 aprovada. Com a palavra a Deputada Ângela falou que a idéia do fórum surgiu porque o CEIVAP e os  
40 Comitês estão compostos e precisavam ter presença de parlamentares, o que passou a ser feito pela  
41 frente. Hoje fora feita sua terceira reunião, em Cataguases, com a presença de quase todos os  
42 vereadores da cidade, da Deputada Inês Pandeló, e de vereadores de cidades de SP e RJ. Na reunião do  
43 fórum foi decidido um programa de mobilização na bacia do rio Pomba, durante o mês de dezembro  
44 próximo, que será implementado um dia em cada município da bacia. O fórum está oferecendo aos  
45 municípios proposta de projeto de lei para preservar as nascentes em seu território, e oferecendo  
46 assistência sobre o assunto. Foi marcada para 28 de novembro uma visita dos parlamentares para  
47 conhecer a transposição das águas do rio Paraíba, em Barra do Pirai, visando sensibilizar dirigentes e a  
48 população sobre os problemas da bacia. A Deputada Inês Pandeló, da frente parlamentar, informou que  
49 a Deputada Laura Carneiro está apresentando emendas pelo Rio de Janeiro em benefício do Paraíba;  
50 Ângela Guadaguinin pelo estado de São Paulo, e se precisa de um deputado de Minas Gerais para  
51 também apresentar emendas em benefício do Paraíba. Inês Pandeló se referiu também à participação do  
52 fórum na viagem realizada a Brasília, para defender a criação da Agência de Águas junto ao Governo  
53 Federal, e pediu ao CEIVAP apoio técnico para as atividades do fórum. O Secretário Fídias Miranda

54 passou a palavra a Juliana Koeppel para apresentar relato da Câmara Técnica Institucional. Com a  
55 palavra, falou da reunião ocorrida no dia anterior, da qual destacou as exposições de Joaquim Gondim  
56 (ANA) e André Pinhel (SERLA) sobre o Programa de Racionalização de Uso implantado na bacia; o  
57 Termo de Referência para para a Campanha de Racionalização do Uso da água na Bacia do Paraíba,  
58 que foi enviado para providências da ANA; e da eleição dos novos coordenadores das três Câmaras  
59 Técnicas do CEIVAP. Em continuação, passou a palavra ao Dr. Joaquim Gondim (ANA), para  
60 apresentar exposição sobre o andamento do programa de ações emergenciais (PowerPoint ANEXO).  
61 Dr. Joaquim destacou que na data de hoje o armazenamento estava apenas 4% acima do previsto,  
62 situação ainda preocupante. Destacou que a grande virtude do programa é o CEIVAP não estar  
63 discutindo hoje o tema racionamento na bacia, o que seria inevitável sem a sua existência. A proposta  
64 do Grupo de Trabalho é manter a operação atual o maior tempo possível, para recuperar os  
65 reservatórios, e por outro lado, iniciar a elaboração de um plano de contingência, para enfrentar  
66 problemas futuros. O Secretário Fídias Miranda agradeceu a apresentação, parabenizou o Grupo pelo  
67 Trabalho, e passou a palavra a André Pinhel que, eleito no dia anterior Coordenador da Câmara  
68 Técnica de Planejamento e Investimento, que iniciou agradecendo a confiança depositada em seu nome  
69 e no dos outros coordenadores eleitos (Luiz Eduardo Correa Lima, para a CT de Planejamento, e Georgina  
70 Maria de Faria Mucci, para a CT de Educação Ambiental), e passou a apresentar PowerPoint (ANEXO) sobre  
71 os reflexos da operação que está sendo praticada nos reservatórios da bacia, dentro do Programa de  
72 Racionalização, destacando ações tomadas nos municípios de Barra Mansa e Barra do Pirai. Leila  
73 Heizer (CEDAE) referindo-se ao apresentado anteriormente, disse que os usuários da água do Rio de  
74 Janeiro de fato não sabem de onde vem a água que bebem, e desconhecem os problemas atuais,  
75 havendo necessidade de se por em prática uma campanha de esclarecimento ao cidadão. Entretanto, as  
76 empresas que retiram água do Guandu já sofrem no dia a dia as conseqüências do Programa de  
77 Racionalização, pois tiveram que se adequar às vazões que estavam sendo veiculadas no sistema.  
78 Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai) propôs que o CEIVAP convide à Ministra Marina Silva para  
79 conhecer de perto os problemas do Rio Paraíba, com sobrevôo na bacia para que possa melhor avaliar  
80 as reivindicações dos usuários de suas águas. O Secretário Fídias de Miranda falou que a Presidência  
81 do CEIVAP convidará a Ministra Marina Silva, em nome do Plenário do CEIVAP, para conhecer *in*  
82 *loco* os problemas. Em seguida, Vera Teixeira (NVNV) passou a apresentar o “Termo de Referência da  
83 Campanha de Racionalização de Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”, cujo  
84 termos (ANEXO) foram projetados para facilitar o acompanhamento da platéia. Destacou que com os  
85 limitados recursos previstos para a campanha (R\$ 45.000), é fundamental que se trabalhe em parceria  
86 para se ter êxito, e que não houve tempo para o Grupo de Trabalho submeter a proposta elaborada à  
87 discussões prévias em CT, já que a proposta foi elaborada para atender a situação de emergência em  
88 que se encontra a bacia, mas na realização da primeira oficina preparatória prevista para o início do  
89 programa, se poderá fazer a correção de rumos que se julgue necessária. O Presidente Eduardo Meohas  
90 submeteu ao plenário proposta para que seja mantido o controle das vazões efluentes dos reservatórios  
91 da bacia, tendo em vista a recuperação dos volumes armazenados, proposta que foi aprovada por  
92 unanimidade. Passando ao item seguinte da pauta – Sistema de Alerta de Qualidade da Água, a palavra  
93 foi passada a Juliana Koeppel, que informou ter mantido contato na sexta-feira passada com Dra. Dilma  
94 Seli Pena Pereira (ANA), de quem ouviu que esse assunto esta sendo “costurado” pela ANA junto com  
95 os três estados, e quando se chegar a um nível de aprimoramento mais avançado, a ANA virá discutir a  
96 proposta no CEIVAP. Portanto, não havendo o que discutir no momento sobre esse assunto, Juliana  
97 passou ao seu informe sobre o item seguinte da pauta – revisão do regimento das câmaras técnicas,  
98 dizendo que na reunião de ontem não foi possível concluir o assunto, e prometeu que na próxima  
99 reunião plenária se deverá ter clara essa situação. Passando ao item seguinte da pauta - relatório do ET,  
100 a palavra foi passada ao Cláudio Serrichio, que iniciou destacando que o ET funciona graças ao apoio  
101 da ANA, PM Resende e IMVAP, que firmaram um convênio que dá suporte às suas atividades, que o  
102 convênio está no seu quarto termo aditivo, e foi aprovado nos termos da Deliberação CEIVAP Nº  
103 21/2003, mas ainda não recebeu os recursos corresponde ao período de julho a dezembro de 2003.  
104 Falou da estrutura do convênio ANA-PMResende-IMVAP, que apóia a manutenção do ET do  
105 CEIVAP. Referiu-se à grande demanda burocrática para operacionalizar o convênio, exemplificando  
106 com o fato de que, só uma divulgação de edital nos três estados demandava nove tomadas de preços.

107 Falou que, na vigência do quarto aditivo, realizaram-se até setembro três reuniões de câmara técnica, e  
108 uma reunião plenária. No apoio a Associação Pró-Gestão, o ET tem cumprido a pauta solicitada pelo  
109 Presidente João Rodrigues. Destacou as deliberações CEIVAP de números 20 e 21 do CEIVAP,  
110 aprovadas no período, e o atendimento de grande número de convites para palestras e conferências, e  
111 disse que esse aspecto demanda um esforço considerável da equipe do CEIVAP. Falou do atendimento  
112 à mídia, elaboração de material de divulgação, e que foram feitas duas publicações, inclusive o boletim  
113 que está sendo distribuído hoje sobre águas e florestas. Existe uma visibilidade de nível nacional do  
114 CEIVAP, e o prêmio recebido da CEF culmina esse esforço. O presidente Eduardo Meoas destacou  
115 que esse grupo está trabalhando há quatro meses e não tem recebido salário, e pediu a Geraldo Julião  
116 (ANA) para que houvesse um empenho para a liberação dos recursos. As 16:20 horas a reunião foi  
117 suspensa para café, e o trabalho retomado às 16:27 horas. O Secretário Fídias Miranda passou a ler  
118 moção apresentada pelos representantes da sociedade civil no CEIVAP, em apoio ao ET, e solicitando  
119 a ANA que seja transferido os recursos do convênio que permitirá a regularização do pagamento de sua  
120 equipe. Passando à proposta de deliberação sobre o adiamento da cobrança pelo uso da água nos meses  
121 de outubro a dezembro de 2003, a palavra foi concedida a Juliana Koeppel, que esclareceu que a  
122 origem da deliberação foi o Of. 393 da ANA, que em seu item 7 recomendava adiar para o início de  
123 2004 o pagamento das parcelas da cobrança referentes a outubro a dezembro de 2003. Foi criado em  
124 câmara técnica um GT para responder ao item 7 do ofício, e esse grupo se reuniu no IBS, no Rio de  
125 Janeiro, em 29/09/2003, e continuou trabalhando via Internet, tendo produzido a deliberação ora  
126 submetida ao plenário. Outro produto desse GT foi a Moção sobre a cobrança das PCH's, em face do  
127 voto apresentado pela ANEEL ao CNRH, questionando o pagamento da cobrança nos termos decidido  
128 pelo CEIVAP, e essa moção pede uma posição do Governo Federal sobre o assunto, já que o voto da  
129 ANEEL não foi acatado pelo CNRH. Esses assuntos foram tratados na reunião das câmaras técnicas  
130 ocorridas ontem, sendo aprovado o seu envio à esta reunião plenária. Antes de iniciar a discussão, o  
131 Secretário Fídias destacou a presença na reunião do Diretor do IGAM, Dr. Paulo Teodoro de Carvalho,  
132 e concedeu a palavra Vera Teixeira, que disse entender que na reunião de CT ocorrida ontem, foi  
133 votado o envio ao plenário da deliberação, mas não a moção. Em seguida, o Secretário Fídias Miranda  
134 passou a palavra ao representante da ANA, Dr. Geraldo Julião, que inicialmente falou que tão logo  
135 retorne a BSB espera ter solucionado a questão dos recursos referentes ao convênio ANA-PMResende-  
136 IMVAP. Em seguida passou a apresentar planilha (ANEXA) sobre a aplicação dos recursos da  
137 cobrança no Paraíba do Sul. Referindo-se ao TDR da Campanha sobre Racionalização de Uso da Água  
138 na bacia, falou que as providências estão sendo encaminhadas pela ANA no âmbito do Governo  
139 Federal. Falou ainda que o Dr. Kelman envia hoje cedo um documento sobre o assunto ao qual se  
140 referia a proposta de deliberação, e passou à sua leitura, findo o que disse tratar-se de um fator novo,  
141 que muda as bases para apreciação do que foi decidido na reunião de ontem, e acha que deve haver  
142 uma votação de plenário com outro espírito. Benedito Jorge (CBH\_SP) falou que ontem foi contrário à  
143 deliberação por entendê-la como um retrocesso, pois seria institucionalizada a inadimplência. Disse que  
144 não se pode colocar em dúvida a capacidade de gestão do governo, pois se os recursos vierem a ser  
145 contingenciados, ainda assim ter-se-ia como lutar pelo seu retorno para a bacia. Ícaro Moreno (Estado  
146 do RJ) parabenizou a ANA pelo resultado que demonstrou na planilha apresentada, ao disponibilizar  
147 para a bacia R\$ 438.000 a mais do que foi arrecado, e que esses recursos deverão ser gastos no próximo  
148 ano, pois há baixa velocidade para se gastar. Disse que se for aprovada a deliberação em pauta, haveria  
149 um desvirtuamento do processo, e por isso se opõe à interrupção da cobrança. Marcos Martinell  
150 (SEAA-SP) concordou no sentido de não se postergar a cobrança. Disse que na planilha apresentada  
151 por Geraldo Julião (ANA), discordou da inclusão de Guaratinguetá como inadimplente, e passou a  
152 demonstrar as razões para sua afirmação, projetando cópia de boleto de cobrança da ANA processado  
153 em 08/08/2003, com vencimento em 31/03/2003, no valor de R\$ 189.918,39 ou seja, o boleto foi  
154 emitido já vencido. Em seguida, mostrou boletos de parcelas seguintes, também emitidas já vencidas. A  
155 parcela 6, que venceu em 29/08/03, foi devidamente paga, com desconto, e disse que as parcelas  
156 anteriores não o foram porque foram apresentadas após seu vencimento. Mostrou ofício enviado a  
157 ANA questionando a validade dos boletos emitidos com data retroativa, e resposta em fax da ANA no  
158 qual o Superintendente Francisco Viana reconhece que o envio do boleto foi em agosto, com faturas  
159 vencidas. O presidente do CEIVAP pediu que fosse feito recurso ao CEIVAP, para ser encaminhado à

160 ANA. André Pinhel (SERLA) referiu-se à proposta de deliberação em pauta, que o trabalho do GT do  
161 qual participou foi adequado para as informações existentes, que na reunião de ontem se posicionara a  
162 favor da deliberação, mas o documento enviado pela ANA mudava o contexto, e nessas novas  
163 circunstâncias se posicionava pelo fluxo contínuo da cobrança. Cristina Yuan disse ser a primeira voz a  
164 apresentar posicionamento distinto das anteriores em relação à proposta de deliberação, que no seu  
165 entender deveria ser mantida, e que não questionava a aplicação dos recursos arrecadados pela ANA.  
166 Leu o Of. 393 da ANA, e comentou que mesmo no documento que fora apresentado hoje, se  
167 reafirmava o risco de que o recurso possa não retornar, e defendeu a manutenção da resolução. Edilson  
168 Andrade (Assessor CEIVAP) falou que à luz do documento da ANA, se precisaria comparar o risco  
169 que o comitê corre de não ter o retorno dos recursos arrecadados nos últimos meses do ano, com outro  
170 maior de se enfrentar o impedimento jurídico de não se poder transferir despesas desse exercício para o  
171 próximo, como é o caso dos usuários do setor de saneamento. Concluiu defendendo que não houvesse  
172 interrupção na cobrança. Julio Kettelhut (SH-MMA) falou que o CEIVAP sempre se pautou pelo  
173 pioneirismo, e deveria ter muito cuidado com a repercussão de um ato como a interrupção da cobrança,  
174 por mais legítima que seja uma decisão tomada por votação entre seus membros, pois para o público  
175 externo vai se passar a mensagem de que a cobrança está sendo interrompida. Por isso, era contrário à  
176 resolução. *Roberto Brito (CSN) disse que o risco do contingenciamento dos valores arrecadados nos*  
177 *meses de outubro, novembro e dezembro não foi trazido ao CEIVAP pelos usuários, mas através dos*  
178 *Ofícios 393 e 560/2003 da ANA, assinados pelo Presidente desta instituição, Dr. Jerson Kelman.*  
179 *Diante dessa informação, coloca a impossibilidade de a CSN – uma S/A de capital aberto, que tem a*  
180 *obrigação de defender o patrimônio de seus acionistas e que está submetida à Lei das S/As – realizar*  
181 *os próximos pagamentos, uma vez está explicitamente documentado, por ofício assinado pelo*  
182 *Presidente do órgão que gerencia o dinheiro, que o recurso encontra-se em fonte contingenciável do*  
183 *Tesouro Nacional, com risco certo de contrariar a destinação prevista na Lei 9.433 e suas*  
184 *regulamentações. Comentou que, diante da idéia de se postergar o pagamento, apresentada pelo Dr.*  
185 *Kelman no ofício 393, a ANA provocou uma reunião no Rio com um grupo de trabalho do CEIVAP,*  
186 *onde se elaborou a minuta da deliberação que está sendo submetida hoje à votação. Disse que a*  
187 *postergação do pagamento dos três últimos meses de 2003 e a proposta de se pagar o valor anual da*  
188 *água nos meses de janeiro a setembro a partir de 2004, ambas apresentadas pela ANA, foram aceitas*  
189 *pelos usuários presentes à reunião do Rio, e verificadas posteriormente pelo departamento jurídico de*  
190 *sua empresa, entendendo-se que não havia nenhum problema de caráter legal para que isto ocorresse.*  
191 *Argumentou que a aprovação da deliberação seria o melhor caminho para o CEIVAP, que traria mais*  
192 *força ao Comitê e que mostraria ao Governo Federal que o CEIVAP está trabalhando para garantir*  
193 *que os recursos advindos da cobrança sejam investidos na bacia do rio Paraíba do Sul, na forma da*  
194 *Lei. Solicitou ainda que, devido ao adiantado da hora, o Presidente da mesa antecipasse a votação,*  
195 *tendo em vista a necessidade de vários participantes saírem da reunião para retorno às suas cidades.*  
196 Disse que sua empresa não pode retroagir sobre o posicionamento tomado, e sugeriu que a votação  
197 fosse antecipada. Luis Gonzaga dos Santos (Prefeito de Paraibuna) disse que seu município tem um  
198 projeto completo para tratamento de seus esgotos, e pediu ao CEIVAP verba para implantá-lo e não  
199 para a elaboração de um novo projeto, pois o que dispõe tem sido inclusive elogiado por sua qualidade.  
200 Disse estranhar que o seu município tenha sido citado como inadimplente. Defendeu o projeto que  
201 dispõe, e disse aceitar revisão de seus custos. Em relação à moção em pauta, se posicionou contrário ao  
202 seu envio. Aparecida Vargas (Cataguazes) leu o item do Of. enviado hoje pela ANA, no qual o Dr.  
203 Kelman reafirma que há risco para o retorno dos recursos, *e que ele propõe inclusive um pagamento*  
204 *com valores simbólicos, só vindo a confirmar sua preocupação em conseguir manter seu compromisso*  
205 *de retornar toda a arrecadação para a bacia mesmo à custa de cancelar outras ações programadas em*  
206 *seu orçamento, como o vem fazendo até o momento, e, principalmente, em função do*  
207 *contingenciamento que foi demonstrado será ainda maior nos recursos orçamentários previstos para a*  
208 *ANA em 2004. Estranha também a insistência em se falar em adiamento ou cancelamento da cobrança,*  
209 *quando todo o tempo a proposta dos usuários é postergar os três últimos meses de 2003 para os três*  
210 *primeiros de 2004, aí sim, como forma de garantir o retorno destes recursos para a bacia, o que difere*  
211 *muito de valor simbólico, que não garante a arrecadação prevista. Questiona inclusive sobre a forma*  
212 *como está sendo conduzida a questão, no que ela vem sempre insistindo, tanto nas Plenárias como nas*

213 Câmaras Técnicas, se o papel da cobrança é de fato buscar recursos para melhoria da bacia ou se passa  
214 a ser uma questão punitiva, onde o que importa é a arrecadação em si e não a melhor maneira de  
215 garantir sua melhor aplicação e por isso acha necessária a votação da deliberação. Antonio Evangelista  
216 (CEIVAP) defendeu que a deliberação proposta não seja enviada, e discordou da preocupação de que  
217 as empresas possam “puxar a orelha de seus funcionários” se fizerem o pagamento da cobrança. No seu  
218 entender não há espaço legal para se colocar a proposta da suspensão da cobrança, pois ficou claro que  
219 essa questão tem implicações jurídicas, e que praticamente não haveria tempo hábil para a análise ser  
220 levada ao CNRH, e a aprovação da deliberação significaria um retrocesso para o comitê, por isso era  
221 contrário à sua aprovação. O Presidente Eduardo Meohas disse que uma modificação sobre os critérios  
222 de cobrança teria que ser aprovadas pelo CNRH, e como não poderia retroagir, não teria nenhum efeito  
223 prático, pois a reunião do CNRH está marcada para 04.12.2003. Disse que a ANA já empenhou mais  
224 que o arrecadado, e sinaliza que empenhará o que venha a ser arrecadado, sendo competente na gestão  
225 dos recursos arrecadados. Entende que a interrupção traria o risco da desmoralização do processo da  
226 bacia, o qual está sendo premiado e, em face dos problemas da bacia, é contrário a aprovação da  
227 deliberação. Uma decisão equivocada no sentido de aprovar essa deliberação desmoralizaria o  
228 processo, e isso seria negativo para o setor produtivo, e por isso defende a rejeição da resolução  
229 proposta. Patrícia Boson (FIEMG) falou que a moção sobre a ANEEL consta, na ata da reunião de CT  
230 de ontem, como aprovada para ser encaminhada a este plenário. O Presidente Eduardo Meohas passou  
231 à votação da deliberação, que apresentou o seguinte resultado: 17 votos a favor de sua aprovação, e 23  
232 votos contrários sendo, portanto, rejeitada. Júlio Kettelhut (SRH-MMA) questionou que a moção não  
233 foi discutida, ao que Aparecida Vargas (Cataguases) protestou, e argumentou que a ANA mandará para  
234 o CADIM os usuários não pagantes, e questiona ao Presidente do CEIVAP e a plenária, como fica a  
235 situação do setor elétrico, quando sua Agência Reguladora, a ANEEL, não reconhece a legalidade desta  
236 cobrança, afirmando inclusive não permitir o repasse desta cobrança para as tarifas. Que a intenção do  
237 setor não é e nem foi em momento algum ficar de fora deste pacto mas que é preciso que as duas  
238 autarquias do governo da União, ANA e ANEEL cheguem a um denominador comum, pois o setor está  
239 ficando numa situação muito delicada. Lembrou inclusive que na reunião da CT do dia anterior citou as  
240 atas das reuniões do CNRH, onde já está se pedindo este esclarecimento, desde o posicionamento da  
241 ANEEL, e como a bacia do Paraíba é a primeira a instituir a cobrança, e por saber que o fórum para esta  
242 discussão é o CNRH, é que surgiu a solicitação de uma moção aos órgãos envolvidos. O Presidente  
243 Meohas então sugeriu que fosse votado o adiamento da análise da moção para a próxima reunião,  
244 proposta que foi aprovada por 23 votos contra 11. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi  
245 encerrada as 17:55 horas.